

CRENÇAS DE PEPEIS E FELUPES SOBRE SUAS LÍNGUAS ÉTNICAS¹

Martinho Manuel Sicó

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade compreender as crenças dos jovens guineenses em relação às suas línguas étnicas, em particular a Pepel e a Felupe. Tendo em vista a diversidade linguística da Guiné-Bissau, cuja população é marcada por conflitos históricos, regionais, culturais, econômicos e sociais, partimos da hipótese de que as referidas línguas estão passando por um processo de estigmatização por parte dos falantes mais jovens. A investigação qualitativa, exploratória e descritiva passou por duas etapas: revisão bibliográfica de estudos na área, destacadamente os de Bacila (2015), Couto (2011), Embalo (2008), Goffman (2008), Melo (2000) e Sicó (2021); e realização de entrevistas semiestruturadas com 25 estudantes guineenses dos grupos étnicos Felupe e Pepel com idades entre 18 e 36 anos. Os resultados demonstraram que 24 dos 25 entrevistados sugeriram que mantêm uma forte relação afetiva com as línguas étnicas, faladas especialmente em ambientes privados, com parentes e amigos mais próximos. Em ambientes públicos, 11 entrevistados mencionaram que já presenciaram ou sofreram algum nível de constrangimento público por falar tais línguas, e isso os levou a evitá-las. Com base nisso, podemos concluir que pepeis e felupes jovens têm por suas línguas étnicas afetividade, mas evitam falá-las longe de interações privadas, por receio de constrangimento público e social.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; crença; estigma; língua étnica; Pepel; Felupe.

ABSTRACT: This study aimed to understand the beliefs that young Guineans have about their ethnic languages, especially the Pepel and Felupe languages. Given the country's linguistic diversity, marked by historical, regional, cultural, economic, and social conflicts within this population, we hypothesized that these languages are undergoing a process of stigmatization among younger speakers. The qualitative, exploratory, and descriptive investigation consisted of two stages: the first was a literature review of studies in the field, including works by Bacila (2015), Couto (2011), Embalo (2008), Goffman (2008), Melo (2000) e Sicó (2021); the second stage involved conducting semi-structured interviews with 25 Guinean students from the Felupe and Pepel ethnic groups, aged between 18 and 36 years. The results showed that 24 of the 25 interviewees suggested they maintain a strong emotional connection to their ethnic languages, which are spoken primarily in private settings, with relatives and close friends. In public settings, 11 interviewees mentioned that they had either witnessed or experienced some level of public embarrassment for speaking these languages, leading them to avoid speaking them. Based on this, we can conclude that young Pepel and Felupe speakers have emotional attachment to their ethnic languages but tend to avoid speaking them outside of private interactions, out of fear of public and social embarrassment.

Keywords: Guinea-Bissau; belief; stigma; ethnic language; Pepel; Felupe.

¹ Este artigo apresenta os resultados do projeto de pesquisa Crenças de Jovens Guineenses sobre Línguas Étnicas, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país com muitas línguas étnicas e, por isso, é considerada rica em diversidade cultural. As representações dessas línguas no território guineense fazem com o povo local preserve sua identidade. Segundo Cá e Rubio (2019), há mais de 20 grupos étnicos, dos quais cinco totalizam mais de 80% do total populacional: 20% de fulas, 30% de balantas, 13% de mandingas, 14% de manjacos e 7% de pepeis. Cada grupo étnico tem uma língua étnica e o seu idioma específico.

As línguas étnicas também são demarcadas territorialmente na Guiné-Bissau. Quanto mais longe da capital, mais elas são usadas, pois abrigam laços de comunidade e identidade linguística e social.

Kiesling (2013, p. 450) define identidade como “um estado ou processo de relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’; identidade é como os indivíduos definem, criam, ou pensam sobre si em termos de sua relação com outros indivíduos e grupos, sejam eles reais ou imaginários”. Sico (2021) acrescenta que, na Guiné-Bissau, a representatividade da identidade étnica reflete-se na nomeação das línguas. Sendo assim, a língua dos balantas se chama Balanta, a dos fulas é Fula, a dos mancanhas é Mancanha, a dos pepeis é Pepel, a dos felupes é Felupe, a dos manjacos é Manjaco, a dos nalus é Nalu, e assim sucessivamente.

Desse modo, língua e território se interseccionam para montar a identidade dos sujeitos. Considerando o território da Guiné-Bissau, as línguas étnicas, assim como o Português e o Crioulo Guineense, são faladas em diferentes contextos de uso e em várias partes do país, com finalidades distintas.

Além da identidade linguística e territorial, Coelho e Mesquita (2013, p. 33) comentam que a cultura também assume um papel importante na construção da identidade dos sujeitos. Nas palavras das autoras, “a língua identifica o indivíduo como parte de uma sociedade, inserindo-se, portanto, na cultura desta sociedade”.

Entendemos que a cultura abarca crenças e costumes de um determinado povo com base nas suas relações sociais. De acordo com Carvalho (2016, p. 61):

Com o passar do tempo, a noção de cultura foi ampliada e ganhou sentido mais geral e mais atual. Neste caso, o termo refere-se ao conjunto de crenças e costumes de um povo. Nesse sentido, a cultura pode ser representada por danças, religiões, comportamentos, linguagens e tudo o que faz parte da vivência de um povo em comunidade, sem considerar apenas a relação culto-inculto.

Na Guiné-Bissau, não é diferente. Boa parte da cultura aprendida é baseada na oralidade.

Como disse Hampâté Bâ (2010, p. 168), “não podemos falar da história da África sem referir-nos à tradição oral”, pois a língua é utilizada como um método de reafirmação da identidade cultural nas sociedades tradicionais guineenses.

Considerando as tensões sociais, territoriais e culturais que assolam a população da Guiné-Bissau e repercutem-se na construção das identidades dos sujeitos que lá vivem, levando-os a usar suas línguas étnicas cada vez menos, eis o problema desta pesquisa: quais são as crenças que os jovens guineenses têm a respeito de suas línguas étnicas, em especial a Pepel e a Felupe? Para respondermos a essa indagação, realizamos uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, na qual entrevistamos 25 estudantes guineenses do Ensino Superior, originários dos grupos Pepel e Felupe, com idades entre 18 e 36 anos. Perguntamos a eles se falam suas línguas étnicas, se se sentem confortáveis ao utilizá-las, quando o fazem e com que finalidade. Nossa pesquisa parte da hipótese de que os jovens guineenses estão evitando o uso das suas línguas étnicas por receio de estigmatização social.

O texto está organizado em quatro seções: na primeira, será tratada a construção de crenças e atitudes linguísticas; na segunda, abordaremos o processo de estigmatização linguística; na terceira, apresentaremos o percurso metodológico; na quarta, discutiremos os resultados da investigação.

2 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Conforme Silva e Aguilera (2014), a palavra “crença” é originária do latim medieval “*credentia*”, proveniente do verbo “*credere*”, ou seja, significa crer. Barcelos (2007, p. 18) propõe que crença seja:

[...] uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, coconstruídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais.

Se considerarmos a crença uma construção da realidade individual, entendemos que cada pessoa é capaz de compreender o seu mundo à sua maneira. Enquanto a crença se limita a “uma forma de pensamento”, a atitude é a materialização desse pensamento em ações, palavras, gestos que podem contribuir para a disseminação de ideias. No momento em que a crença se torna uma atitude, ela gera capital social, na medida em que cada indivíduo compartilha com seu grupo as suas próprias crenças (Sicó, 2021).

Crenças e atitudes não estão isentas de parcialidade, ao contrário. Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 23) acrescentam que as atitudes linguísticas possuem atribuições de valor: “uma postura, ou comportamento positivo ou negativo frente a uma língua ou a uma variedade linguística particular, uma reação favorável ou desfavorável face ao modo de falar do outro”. Sendo assim, a postura positiva ou negativa dos falantes em relação às suas línguas étnicas atua como instrumento importante para a valorização ou não da cultura das respectivas etnias e, por conseguinte, para a preservação de suas identidades linguísticas e culturais.

Partindo dos estudos de Frosi, Faggion e Dal Corno (2010), podemos dizer que as crenças e atitudes linguísticas podem assumir as seguintes características: reducionismo perceptivo, o que facilita sua propagação entre os membros dos grupos, e disseminação de estereótipos, que agregam aspectos geralmente negativos a respeito de indivíduos pertencentes a um mesmo grupo.

Conforme Lakoff (1987), os estereótipos se referem às estruturas cognitivas preconcebidas e aprendidas socialmente a partir das experiências culturais das comunidades. No contexto pluriétnico e multilinguístico guineense, a história de luta e emancipação do país enquanto nação descolonizada deve ser considerada para a investigação de como seus falantes, especialmente os jovens, constroem suas crenças e se expressam por meio de atitudes em relação às suas línguas étnicas.

Os antepassados eram conservadores e buscavam preservar o uso das línguas étnicas, com vistas a impedir que elas, ou mesmo o Crioulo, fossem sobrepostas por outras. Tratava-se, pois, de entender a língua como um instrumento de poder e território.

Segundo Bourdieu (2018), a língua exerce poderes dentro da sociedade, ensejando segregações de cunho linguístico e social. Essas segregações advêm do modo como a língua é conduzida por alguns setores da sociedade.

Diante disso, é relevante mencionar que as línguas étnicas estão implantadas no seio da sociedade guineense e intimamente relacionadas à identidade nacional. Seus aspectos são conservados pelos falantes, como menciona Fafina (2015, p. 4):

Para os guineenses, “muda di lingua i muda di raça” (mudar de língua é mudar de etnia). Em outras palavras, mudar de língua é mudar de identidade. Por essa razão, o crioulo surgiu naturalmente para resolver um dos primeiros problemas com que se defrontaram os guineenses no período da fundação do Estado. O crioulo serve, assim, como mediador das línguas étnicas, porém é considerado “língua de ninguém”, ou seja, a língua que pertence a todos os guineenses.

O autor chama a atenção da comunidade guineense sobre a importância do código

linguístico para o movimento de independência. Assim, os falantes das línguas étnicas expressam sua identificação com as etnias de origem, expõem o orgulho de sua identidade linguística. Diante disso, falar uma língua étnica é também um ato político, de resistência. Portanto, as crenças e atitudes linguísticas perpassam o cotidiano, oportunizando a esses sujeitos diferentes possibilidades de atuação social e profissional, conforme aponta Sicó (2021).

Sobre isso, Silva e Aguilera (2014, p. 3) argumentam que:

Essa relação complexa e inerente entre língua, sociedade e identidade provoca nos falantes posicionamentos frente à língua ou à variedade linguística e, consequentemente, aos usuários destas. Desse modo, os indivíduos desencadeiam atitudes movidas pelas crenças linguísticas impregnadas, ao longo do tempo pela sociedade, na língua e nos dialetos, manifestando, assim, atitudes de rejeição ou de aceitação, de preconceito ou prestígio, de correção ou de erro, dentre outras.

Não podemos falar sobre as línguas étnicas guineenses sem explicar, de forma resumida, a história da guerra de libertação, que deu à nossa nação o direito de ser um país independente e soberano, fora de alcance do domínio colonial. A luta armada na Guiné-Bissau, iniciada em 1963, durou 11 anos e foi travada pelo grande Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a liderança de Amílcar Lopes Cabral, contra a colonização portuguesa.

Amílcar Cabral percorreu vários países do mundo e, principalmente, do seu continente, tendo o sonho de ver os territórios colonizados livres dos interesses imperiais na época. Fiel aos seus propósitos, dirigia duras críticas aos movimentos independentistas na África, já que notava uma ausência ideológica, ou seja, um desconhecimento das realidades africanas, associado à falta de vontade própria. Para Cabral,

[...] por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e nos nossos esforços e sacrifícios próprios. Vale a pena lembrar neste ambiente tricontinental, onde as experiências abundam e os exemplos não escasseiam, que, por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação (Cabral, 1966, p. 73).

O carismático líder tinha como foco a libertação nacional, que culminaria na República da Guiné-Bissau. Para ele, a verdadeira transformação seria fruto do sacrifício e do esforço de todos os envolvidos na luta para libertar a nação guineense.

Cabral infelizmente não viu a África nem a Guiné-Bissau e Cabo Verde livres do sistema colonial. No entanto, seu brutal assassinato, no dia 20 de janeiro de 1973, em Conacri, evidenciou a eficiência de sua liderança, pois o movimento da libertação da Guiné-Bissau e

Cabo Verde não se desmantelou e ainda intensificou as ações planejadas pelo comandante. Isso acarretou a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro do mesmo ano.

No que se refere à afirmação do Crioulo como a língua mais falada no território guineense, mesmo não sendo uma língua oficial, assim declarou Embalo (2008, p. 102):

[...] é a língua guineense mais falada, no entanto, ela não é a língua usada na escola em contextos formais de aprendizagem, embora muitos professores, que por deficiência do próprio conhecimento do português ou pelo não domínio desta língua por parte dos alunos, utilizam-no para melhor se fazerem compreender pelos seus discentes.

Podemos ver a confirmação da autora perante a questão de o Crioulo ser uma das línguas mais utilizadas pela sociedade guineense. Também nas escolas, ele não deixa de ser uma das ferramentas para o melhor entendimento dos alunos. O Português se utiliza mais em lugares específicos, como nos aparelhos do Estado e nas instituições de ensino, mas o Crioulo é a língua do dia a dia das pessoas na Guiné-Bissau.

É com base nas atitudes de rejeição e intolerância que determinadas línguas étnicas passam a ser menos faladas, especialmente pela população mais jovem. Para alcançar determinadas oportunidades sociais e culturais iminentes no contexto globalizado, ela evita a linguagem tradicional. Desse modo, acreditamos que os jovens são, muitas vezes, vítimas de preconceito, estigma social e linguístico quando usam as línguas étnicas em contextos não familiares.

2.1 O processo de estigmatização da língua

Estigma é um termo presente na sociedade desde a Grécia Antiga; porém, a partir da década de 1960, com Goffman (2008), houve a elaboração de conceitos que tomam a sociedade como participante do seu processo de formação. Na obra *Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, o autor convida-nos a discutir a formação e o papel do estigma no corpo social.

Goffman (2008) conceituou estigma como um processo de segregação estabelecido na esfera social com base em características consideradas inadequadas por um determinado grupo. Para o autor, essa classificação é sedimentada na mente dos sujeitos através da convivência que eles têm com diferentes grupos sociais.

Para Goffman (2008, p. 14), o estigma pode ocorrer devido a três circunstâncias:

Abominações do corpo, como as diversas deformidades físicas; culpas de caráter individual, como: vontade fraca, desonestidade, crenças falsas; e estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos pela linguagem. Em todas essas tipologias pode-se encontrar a mesma característica sociológica: um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.

De acordo com o sociólogo, o estigma pode surgir devido à atribuição negativa a algum aspecto físico (raça, deficiência, sexo) ou a questões de caráter, como vícios, linguagem, entre outras. As atitudes materializam os estigmas, que, por sua vez, influenciam diretamente a identidade do indivíduo e suas formas de interagir em sociedade.

Segundo Bacila (2015), os estigmas abarcam dois domínios: objetivo e subjetivo. No primeiro, temos a marca corporal, tal como gênero, cor e raça, ou mesmo uma cicatriz, mancha. Já no segundo, atribui-se valor a essa marca, necessariamente englobando aspectos negativos em relação a indivíduos que a compartilham.

Estigma [...] é uma construção social, onde os atributos particulares que desqualificam as pessoas variam de acordo com os períodos históricos e a cultura, não lhes propiciando uma aceitação plena social. Deste modo, as pessoas são estigmatizadas somente num contexto, o qual envolve a cultura; os acontecimentos históricos, políticos e econômicos e uma dada situação social, ou seja, a estigmatização não é uma propriedade individual (Siqueira; Cardoso, 2011, p. 95).

Mediante essa discussão, podemos notar que o estigma é uma construção social que congrega aspectos enraizados na mente das pessoas, influenciados por fatores históricos, culturais, econômicos e sociais. Desse modo, a capacidade nociva do estigma deve ser considerada com base no contexto de uso, como afirma Melo (2000, p. 2):

[...] o social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder e anula todos os que rompem ou tentam romper com o modelo social. O diferente passa a assumir a categoria de “nocivo”, “incapaz”, fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão.

Nesse caso, a sociedade anula o individualismo a fim de manter o padrão, por causa do interesse nesse dito padrão, algo que se deve cumprir em prol da sensação de pertencimento ao grupo. Para os estigmatizados, a sociedade reduz oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada ante o modelo convencionado.

O processo de estigmatização pode variar de acordo com a evidência e a exposição das características do indivíduo. [...] caracteriza dois tipos de grupos de indivíduos de

acordo com seu estereótipo: o desacreditado e o desacreditável. O indivíduo desacreditado possui características distintas em relação aos normais, sendo estas conhecidas e perceptíveis por estes. O desacreditável também possui características distintas das dos normais, mas nem sempre conhecidas e percebidas por eles. Essas duas realidades podem encontrar-se respectivamente na relação estigmatizados e normais (Goffman, 2008, p. 38).

De acordo com Goffman (2008), as características mencionadas têm grande repercussão na vida social, haja vista criarem estereótipos que acabam por influenciar várias pessoas. Nessa medida, o autor caracterizou as duas realidades para poder demonstrar como tais aspectos atuam na vida cotidiana dos indivíduos.

Logo, podemos ver que Goffman (2008) e Melo (2000) concordam que a crença materializada em atitude desacredita o sujeito que não se conforma à norma e o toma por defeituoso ou desfavorecido. Diante disso, lançamos a seguinte questão: os jovens felupes e pepeis da Guiné-Bissau consideram que falar suas línguas étnicas pode trazer alguma desvantagem? Avançaremos essa discussão na próxima seção.

2.2 Contexto plurilíngue de colonização

A Guiné-Bissau é um território multiétnico e plurilíngue. Lá, além da língua oficial (Português) e da língua de uso popular (Crioulo Guineense), coexistem as línguas étnicas. Isso decorre do processo particular de colonização pelo qual o país passou.

Conforme Namone (2014), a Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental africana, fazendo fronteira ao norte com o Senegal e a leste e sudeste com a República da Guiné-Conacri; e ao sul e a oeste, é banhada pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, abriga os arquipélagos de Bijagós, formados por mais de 80 ilhas. A superfície total da Guiné-Bissau é de 36.125 km², subdividida em oito regiões e 37 setores, incluindo o setor autônomo de Bissau, a capital do país.

De acordo com Osaghae (2018 *apud* Mendes, 2015, p. 103):

Conceitualmente, o grupo étnico ou etnia é uma entidade consciente diferenciada, onde as pessoas se definem a si próprias como diferentes das outras (nós *versus* vós) como base em certos critérios objetivos como a língua e o mito da descendência comum, que deve ser articulada com o poder local. Ou seja, a etnia é uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, pela ocupação de um mesmo território, por uma religião ou crença e sobretudo pela consciência coletiva de pertença a essa comunidade.

Em estudo publicado por Couto (2011), na Guiné-Bissau, 44% falavam Crioulo e outras línguas étnicas. Na data da pesquisa, o Português era utilizado por aproximadamente 13% da

população. E o Crioulo, segundo o estudo, apesar de não ser a língua oficial, era a língua mais usada cotidianamente nas ruas. Desse modo, embora a língua portuguesa tenha sido adotada como língua oficial, a língua de uso é o Crioulo Guineense, amplamente falado em instituições públicas, em muitos discursos oficiais e até em debates da Assembleia Nacional.

Conforme aponta Mendes (2011, *apud* Cá; Rubio, 2019, p. 402): “aprender uma língua como o português é aprender a estar socialmente em português, isto é, a usar a língua portuguesa no seu diverso modo e contexto, dado que sem o uso a língua não passa de uma abstração”. Nessa breve discussão teórica, o sociólogo demonstra que, para entender a língua como Português, é preciso aprender socialmente em Português, na medida em que se tem um contato mais íntimo com essa linguagem.

Segundo Embalo (2008), a partir dos anos 1920, o Crioulo começou a ser estigmatizado, e sua utilização acabou por ser desestimulada pelas autoridades coloniais. O mesmo aconteceu com as línguas das comunidades etnolinguísticas. Naquela época, as línguas africanas não eram vistas como algo normal, até porque havia uma guerra de libertação colonial. Quando uma pessoa se adaptava ou falava a língua portuguesa, era considerada mais assimilada.

Rubio (2021) alertou para um manejo mais complexo das línguas, cujos falantes as gerenciam e as usam conforme os contextos:

[...] iv) português sendo adquirido na escola, de forma tardia; v) menção às línguas étnicas e ao guineense como empregadas no seio familiar e nas demais situações sociais informais; vi) falta de reconhecimento da variação em língua portuguesa; e vii) desconsideração das línguas locais no ambiente escolar.

Com base nesses estudos, acreditamos que, a partir do século XX, com o uso restrito das línguas, o Crioulo Guineense e as línguas étnicas começaram a ser ignorados pela própria autoridade colonial. Foi nesse momento que a dimensão subjetiva do estigma (línguas de pessoas não civilizadas) para as línguas étnicas despontou como crença cada vez mais popular.

2.3 Os pepeis e sua língua

Das oitos regiões que compõem o território da Guiné-Bissau, uma delas, chamada Biombo, agrupa três setores: Biombo, Safim e Prábis. A etnia predominante é a Pepel, a mesma que deu nome à capital da Guiné.

Segundo Gomes (2016, *apud* Garrafão, 2016), com base na tradição oral, os pepeis foram os primeiros habitantes da ilha de Bissau, precedendo os biafadas. Mecau, filho do rei de

Quinara, quando saiu à caça, chegou à ilha de Bissau, gostou muito do lugar e resolveu ali instalar-se. Levou, depois, as suas seis esposas e também a sua irmã mais velha, já casada. A irmã garantia-lhe a sucessão do reinado, de acordo com o costume matriarcal, uma vez que o sobrinho, filho da irmã mais velha, e não o filho do rei, tinha direito ao trono. Mecau teria sido, pois, o primeiro rei de Bissau.

A etnia Pepel vem de uma estrutura matrilinear na medida que airmã do rei neste caso já tem o seu filho como o futuro rei do clã por motivos de ser o sobrinho do rei Mecau. Cada clã simboliza e representa um animal cujo nome se serve de sobrenome a essa da família. O clã de *Bassassum* representa o sobrenome Nanque (a onça). Este clã que é também o dos nobres, utiliza, igualmente, o sobrenome *Ié*, pois, na tradição, acredita-se que pessoas com esse sobrenome sempre são bravos igual a onça, razão pela qual exercem, politicamente falando, funções de comando (os reis, denominados de *Djagras*). O clã de *Djagras*, é escolhido no meio de outros clãs para ocupar a posição dos nobres e é dado o poder de governar e comunicar com os ancestrais e os sobrenaturais de outros clãs, como o de *Bossutchu* cujo apelido é *Djú* (urso-formigueiro); o de *Bossafinté* cujo apelido é *Té* (o lebre); o de *Bossó* cujo apelido é *Có* (o sapo), estes dedicam-se ao cultivo e estão sempre imersos na água e na lama, razão pela qual são chamados de sapos; o de *Bodjukumó*, denominados de *Cá* (a hiena), pessoas dessa linhagem são conhecidos como valentes guerreiros com suas manias de atacar o inimigo igual à hiena. O clã de *Baíga*, o de *Sá* (antílope), faz-se notar pela sua graciosidade e sua elegância à imagem do antílope (ave conhecido na língua nacional do país como “frintambá”) e, por último, o clã de *Botat*, denominados de *Indi* (macaco), pois tornaram-se mestres na extração de vinho de palma e, para realizar esse serviço, adotaram a mesma maneira usada pelomacaco para subir em qualquer árvore (Djaló, 2013, *apud* Sicó, 2021, p. 22).

É assim que são estruturados os clãs membros da etnia Pepel na sua dimensão histórica e social. Os “djagas” seriam os herdeiros do trono, ocupando um lugar de grande relevância, conforme as tradições pepeis. Entre suas incumbências, estaria o estabelecimento de uma boa convivência no seio daquela sociedade.

De acordo com várias informações sobre a etnia Pepel, é bom realçar o meio de produção desenvolvido pela comunidade local para o próprio sustento. Uma das atividades econômicas mais praticadas no interior da Guiné-Bissau é o cultivo de arroz e mandioca. A agricultura é, para os pepeis, uma prática cultural, pois os antepassados desse grupo já a praticavam e transmitiram para seus descendentes os seus ensinamentos.

Além disso, as relações comerciais também são fortes na região. Segundo Paula Pinto (2009, p. 40), a diversidade de modos de produção nesse pequeno território resultou no desenvolvimento de uma rede de dependências mútuas, de modo que:

Os Manjacos, especialistas na extração do vinho de palma, não o produzem apenas para seu consumo, mas vendem-no também aos Balantas. O óleo de palma pode ser dado aos Fulas em troca dos produtos dos famosos artesãos de Bafatá ou de Kaabú. As etnias do Norte vêm também trocar os seus produtos agrícolas pelos têxteis dos

Mandingas; e se este comércio não é directo, os Djilas ou os Mauritanos (que aqui se chamam Nar's) encarregar-se-ão dele.

Com essa passagem histórica, podemos ver como as atividades econômicas baseadas nas trocas comerciais eram feitas em cada localidade do interior do país. Quando uma pessoa tinha uma quantidade significativa de produto, automaticamente preferia trocar o excedente com alguém que necessitava daquilo. Reciprocamente, obtinha algo de que precisava.

Este relato é ilustrativo do dinamismo económico e da rede de trocas interétnica que existia previamente à instalação dos portugueses, e que começa a recuperar importância algum tempo depois da independência. Mas parece-nos útil fazer uma breve aproximação às principais características e atividades das etnias maioritárias da Guiné-Bissau, nomeadamente, manjacos, mancanhas e papéis, mandingas, fulas e, posteriormente e de forma mais pormenorizada, balantas (Pinto, 2009, p. 34).

Diante disso, podemos notar que a troca de produtos ocorria em vários grupos étnicos, porquanto era considerada uma maneira favorável, justa e fácil de comercializar. Consequentemente, nesse cenário econômico bastante dinâmico, as línguas étnicas sofriam muitas interferências umas das outras. Devido ao deslocamento das tribos, a etnia Pepel produziu variação linguística, a exemplo de quando chegou a Bissau e assimilou palavras do Crioulo.

No que tange ao acesso à educação, é necessário elucidar a realidade da Guiné-Bissau. A capital, Bissau, onde as estruturas educativas estão centralizadas, tem algumas carências nesse setor. Todavia, as zonas do interior do país, como Biombo – terra onde reside um número significativo de pepeis –, defrontam-se com condições ainda piores. Nessas áreas, as instalações escolares são inferiores às da capital, o que prejudica o desenvolvimento das populações interioranas.

As estruturas e as ações educativas ainda são muito centralizadas e pouco diversificadas. Isso faz com que a adaptação às características regionais se torne difícil, o que limita, em consequência, a participação das comunidades e a inserção em seu meio. O sistema não consegue contribuir para reduzir as assimetrias de desenvolvimento regional e local nem garantir a igualdade de acesso às crianças. As melhores escolas e os melhores professores continuam sendo privilégios da capital e de algumas cidades do centro urbano (Sané, 2018, p. 67).

Esse cenário revela uma precarização da educação no país como um todo, que se intensifica nas regiões mais afastadas da capital, elevando as desigualdades sociais. Isso contribui para a propagação de preconceitos, estereótipos e estigmas.

No que diz respeito ao *status* social, a etnia Pepel é conhecida pela sua língua e pelas

suas manifestações culturais. As danças tradicionais representam suas localidades, os trajes e rituais fúnebres preservam a identidade local no seio da sociedade dos pepeis.

2.4 Os felupes e sua língua

A etnia Felupe (Joola) ocupa a dimensão territorial entre Gâmbia, Senegal e Guiné-Bissau. A distribuição dos joolas pode ser identificada em três subgrupos geográficos (Pélissier, 1968; Linares, 1981; Marzouc, 1993 *apud* Botelho, 2019).

O primeiro subgrupo diz respeito aos que se instalaram na margem norte do rio Casamansa e na Gâmbia, islamizados, cuja organização do trabalho assenta no género e em classes de idade. Este subgrupo adicionou à cultura do arroz a cultura do amendoim. O segundo subgrupo corresponde aos felupes do Leste de Casamansa, que sofreram forte influência dos Mandinga, islamizados, e cuja forte hierarquização social afeta a divisão do trabalho agrícola, tendo-se destinado a cultivado arroz às mulheres e a do amendoim aos homens. O terceiro subgrupo é constituído pelos felupes que habitam desde a margem sul do rio de Casamansa, no Senegal, até ao rio Cacheu, na Guiné-Bissau (Botelho, 2019, p. 15).

O trecho acima mostra como estão divididos os subgrupos da etnia Joola, suas pretensões religiosas e as organizações do trabalho que eles estabelecem socialmente. O último subgrupo habita a margem sul do país vizinho até o rio Cacheu, na Guiné-Bissau.

Esta é a zona mais úmida e de mais difícil acesso, e por isso se pensa ser este o grupo mais inalterado da etnia, desde a sua chegada do norte de África, pelo seu isolamento comparativamente com os felupes das outras localizações geográficas referidas (Mota, 1954; Skutch, 2005 *apud* Botelho, 2019, p. 15).

Desse último subgrupo, cerca de 20% permanecem estritamente animistas e a maioria é cristã nominal (Skutch, 2005, *apud* Botelho, 2019). Praticam a orizicultura de origem africana, base da religião e da organização social, e assentam-se em classes etárias e, de forma igualitária, no género (Davidson, 2015, *apud* Botelho, 2019). Como acontece em toda a Guiné-Bissau, à cultura do arroz o subgrupo em causa acrescentou a criação de pomares de caju, devido à crescente expressão da monocultura desde o término da guerra civil (Fumagalli, 1999 *apud* Botelho, 2019). É evidente que a descrição aqui apresentada apenas faz menção a traços gerais dos referidos subgrupos e que muitas outras variantes dessas sociedades agrárias têm lugar.

Assim como os pepeis, os felupes são conhecidos pela agricultura, especialmente pela produção de arroz. Como podemos ver, devido à situação geográfica da maioria dos habitantes da etnia Joola, a agricultura familiar baseada no cultivo de arroz é favorecida pelo solo fértil

em zona úmida. A localidade permite que os felupes produzam vários alimentos e pratiquem pesca artesanal, caça, entre outras atividades econômicas.

A etnia Felupe, conforme ocupava territórios diferentes, ganhava novos nomes, como:

[...] designadamente os subgrupos *Kassikinai*, *Kajamutai* e *Kassukai*, dos quais os últimos dois formam um só grupo, o *Kujamaatai*. A explicação é a seguinte: os *Kassikinai* são os baiotes e a estes pertencem as aldeias de Caussum, Arame, Jobel, Elia, Colage e Nhambelam, na Guiné-Bissau; ao *Kujamaatai* pertencem os que se dizem felupes, subdivididos em *Kajamutai* e *Kassukai*. Os baiotes, originalmente felupes, foram desenvolvendo um dialeto e um sistema agrário diferente, em resposta ao seu isolamento e adaptação ao território que adquiriram, constituindo um grupo à parte da sociedade Joola. Aos *Kajamutai*, pertencem os territórios com vasta rede de irrigação e abundância de mangais, onde se encontram Elalab, Edjim, Jufunco, Oссор e Bolol, na Guiné-Bissau. Aos *Kassukai*, pertencem as aldeias mais próximas do litoral, nomeadamente Suzana, Budjim, Edjaten, Cassolol, Hassouka, Varela, Ial e Catão, com bairros dispersos na Guiné e no Senegal. Estima-se que a sociedade em discussão perfaz um total de 572 mil indivíduos, dos quais 15 mil ocupantes do noroeste da Guiné (Botelho, 2019, p. 15).

Os territórios dos felupes foram alargados ao longo do tempo, e a etnia se propagou. Apesar das fronteiras políticas, segundo os próprios felupes, não se verificam efeitos separatistas entre si. Antes, pelo contrário, há um sentimento de pertença a um grupo além-fronteiras, refletindo-se nas relações de interdependência e complementaridade fortíssimas, desenvolvidas mediante as pontes econômicas e sociais que os países vinculados aos reinos da etnia construíram entre si (Linares, 1970 *apud* Botelho, 2019).

Felupes ocupam uma área relativamente privilegiada nos arredores de Bissau, com maior acesso à educação. A região atrai pessoas de todo o país que desejam estudar. Suzana é uma das localidades com as melhores estruturas para um bom ensino e, por isso, recebe um grande fluxo de estudantes de outras aldeias. Cada aluno é obrigado a deixar sua família e buscar um familiar que possa abrigá-lo em Suzana.

Quanto ao *status* social, podemos ver que os felupes são conhecidos pelas tradições e pelos festejos que herdaram dos seus antepassados. Além de manterem seus rituais e costumes, também têm bastante respeito pelos homens mais velhos nas aldeias, porque consideram os veteranos uma biblioteca, dotados de muitos conhecimentos. É por isso que os mais jovens dão ouvidos aos conselhos dos mais velhos. Como afirmou Hampâté Bâ (2010, p. 168) na sua obra *A tradição viva*, “A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra”.

Portanto, constata-se que os felupes têm uma relação afetiva com sua língua étnica, sentem um afeto enorme pelo valor da etnia Felupe e pelo pertencimento a ela. As manifestações de pertença e significado que a referida língua causa na vida dos falantes é bem presente, sustentando a herança cultural dos antepassados.

A partir disso, podemos considerar que a língua é um símbolo de poder e de pertença, na medida em que demonstra a identidade de um povo e a riqueza cultural de um grupo étnico. Segundo o Bourdieu (2018, p. 12), “a base por excelência do poder não deriva apenas da riqueza material e cultural, mas da capacidade que estas têm em transformá-lo em capital social simbólico. Ou seja, põe em evidência um poder, responsável pela manutenção da ordem”.

No que se refere à abordagem bourdiana, é possível perceber que a base do poder não se limita à riqueza material ou cultural, também compreende o modo como se usa a capacidade de transformá-lo de bem simbólico a um capital social. Isto é, o fato de os felupes entenderem a sua língua étnica como um bem cultural de grande importância faz com que esse capital social simbólico se torne uma herança no seio da sociedade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Realizamos uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, cujos informantes foram estudantes universitários felupes e pepeis da UNILAB nascidos na Guiné-Bissau.² Para a coleta de dados, foi feita uma entrevista com roteiro semiestruturado. Elencamos um conjunto de questões norteadoras para permitir que os entrevistados se expressassem em relação à sua língua étnica.

Entre os anos de 2023 e 2024, foram entrevistados 25 estudantes da UNILAB, de diversos perfis e cursos (tanto de Exatas quanto de Humanas). Em sua maioria, eram jovens pais alunos regulares da universidade.

Foram considerados informantes aptos a participar desta pesquisa estudantes da UNILAB com idades entre 18 e 36 anos, nascidos na Guiné-Bissau, pertencentes às etnias Pepel e/ou Felupe e falantes das respectivas línguas étnicas. Excluímos da investigação indivíduos que, embora atendessem aos requisitos, não tinham disponibilidade ou interesse em partilhar suas experiências, estudantes com idades inferiores ou superiores às indicadas, pessoas de outras nacionalidades e estudantes guineenses que não falam as línguas étnicas citadas.

² Esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNILAB sob o CAAE: 55306922.8.0000.5576.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados deste artigo, buscamos organizá-los em três categorias, a saber: língua e afetividade; língua e constrangimento social; língua, identidade e território. Ao todo, entrevistamos 25 jovens guineenses: 14 pepeis e 11 felupes.

4.1 Língua e afetividade

A língua atua como um instrumento de territorialização e construção da identidade do sujeito, reverberando na autoestima e na valorização da cultura e das relações sociais.

A linguagem, porque produto da interação entre os homens, atualiza-se na enunciação dialógica, completa, num contexto de produção concreto, heterogêneo, multifacetado e contraditório, sendo sua natureza, portanto, intrinsecamente sócio-histórica e ideológica. Por não se tratar de um produto acabado, mas em permanente construção, num processo evolutivo ininterrupto qualitativamente caracterizado, não pode ser reduzida a uma norma Imutável, e nem a fala possuir caráter desviante (Braggio, 1992, p. 83-84).

Na Guiné-Bissau não é diferente, como apontou Rubio (2021). Lá os falantes mantêm um repertório de línguas que podem ser usadas em contextos diversos e podem suscitar afetos diferentes. Nesta investigação, interessou-nos saber se os jovens felupes e pepeis mantêm com suas línguas alguma afetividade.

Verificamos que todos os entrevistados costumam falar suas línguas étnicas em contextos privados de interação e com quem compartilham familiaridade e intimidade. Essa forma de usar a linguagem colabora para o estabelecimento da relação entre língua e afeto. Por isso, das 25 pessoas entrevistadas em ambos os grupos, apenas um felupe de 25 anos não demonstrou se relacionar afetivamente com a sua língua étnica. Os demais participantes demonstraram que as línguas Felupe e Pepel são importantes na construção de sentimentos positivos acerca do uso linguístico. Alguns deles mencionaram que gostariam de ensiná-las às próximas gerações.

De acordo com vários de seus relatos, os participantes buscam falar suas línguas étnicas com pessoas mais próximas, como familiares e amigos da mesma etnia, geralmente em casa, por telefone ou por videochamada. Alguns declararam que falar a língua étnica é como “voltar às suas origens de uma certa forma”.

Sobre a frequência de uso, os informantes disseram que não falam muito suas línguas étnicas, pois muitos colegas da universidade não as entendem.

4.2 Língua e constrangimento social

Embora nutra sentimentos positivos com relação às suas línguas étnicas, a maior parte dos participantes relatou que, quando estava em Bissau, às vezes passava por situações de desconforto. Isso acontecia durante conversas com pessoas conhecidas em ambientes públicos, inclusive nos locais de acesso aos meios de transporte coletivo.

Dos 14 entrevistados da etnia Pepel, seis afirmaram que nunca sentiram constrangimento social ao utilizarem sua língua publicamente, ao passo que oito informaram o contrário. O cenário dos estudantes felupes é parecido, pois, dos 11 falantes, sete confirmaram que já passaram por algum constrangimento social por falarem sua língua étnica.

A língua é uma ferramenta essencial para um povo e sua cultura, visto que auxilia na comunicação e na interação entre as pessoas. Desse modo, ela também pode atuar de forma negativa, sendo um instrumento de segregação social. Portanto, é necessário analisar os efeitos dessa problemática tendo em conta os relatos dos falantes pepeis e felupes sobre alguns constrangimentos que sofriam ao usarem suas respectivas línguas étnicas, seja nos espaços públicos em geral ou, amiúde, nos meios de transporte.

Sobre isso, Embalo (2008), que trabalhou com o Crioulo da Guiné-Bissau, enfatizou que os colonialistas estigmatizavam a língua crioula e as demais línguas nacionais faladas no território da Guiné-Bissau durante o período da guerra colonial. Os portugueses proibiam os cidadãos guineenses de se comunicarem por meio delas, posto que não as consideravam civilizadas. O Português era tido pelos colonizadores como a língua adequada à civilização.

A língua é um fator decisivo na exclusão social. Nesse sentido, a escola é uma das instituições capazes de implementar mecanismos que combatam o constrangimento social em relação às línguas étnicas. Por exemplo, é possível criar palestras e disciplinas sobre a importância de respeitar a diversidade linguística existente na sociedade guineense. Já a mídia, como formadora de opinião, pode buscar mudar a visão preconceituosa de muitos indivíduos por meio de propagandas e novelas. Essas ações têm o potencial de contribuir para a valorização das diferentes linguagens e culturas dos povos constituintes da Guiné-Bissau.

4.3 Língua, identidade e território

Ao serem perguntados sobre o que a língua étnica significa para eles, 24 participantes a relacionaram com herança cultural e identidade, união, representatividade, valor, patrimônio,

território. Com base nisso, observamos que a língua é um espaço simbólico que demarca um povo, acomoda suas relações e seus modos de ver o mundo.

Convém lembrar que esse território é físico em primeira instância, mas estende-se por espaços não físicos, como os sensoriais e antropoculturais, no sentido de que existem no ambiente mental da língua, ou melhor, no ecossistema mental da língua que guarda os aspectos da inter-relação língua, povo e territórios acerca de como a língua foi formada, armazenada e processada no cérebro, nas conexões neurais. A esse aspecto deve-se sempre vincular a questão da adaptação, seja em que âmbito ela se der: adaptação ao território, à cosmovisão do grupo. Ainda que espaços criados no imaginário popular, as fronteiras e limites do território físico geográfico são mentalmente traçadas, as fronteiras do lugar nomeado se encontram bem definidas pelos organismos que o habitam. Lugares esses que também requerem adaptações, haja vista as necessidades mais subjetivas criadas ao longo da trajetória de ocupação dos espaços tomados pelo ser humano (Siqueira, 2015, p. 64-65).

Sentir desconforto em tornar pública sua língua étnica pode sinalizar um conflito entre as identidades pública e privada, incluindo a dimensão subjetiva a elas associadas, ou seja, a marca negativa que não necessariamente é sentida pelos falantes. Dessa maneira, as relações afetivas sobressaem e permanecem no lugar privado, sagrado para o membro da etnia que reside longe da capital e ainda guarda costumes característicos de seu local de origem. Infelizmente, ao tentarem se engajar em Bissau, os migrantes podem, por falta de uso ou interesse, esquecer como se falam as línguas étnicas, muitas vezes motivados pelos estereótipos criados a respeito das pessoas que as usam na sociedade guineense.

Assim, percebe-se que os jovens pepeis e felupes encaram suas línguas como patrimônio cultural e tentam resgatar ou guardar o valor delas, mesmo sabendo que, muitas vezes, são rechaçadas pelo povo da Guiné-Bissau.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos compreender as crenças que os jovens guineenses, com idades entre 18 e 36 anos, têm a respeito de suas línguas étnicas, em especial a Pepel e a Felupe. Tendo em vista a grande diversidade linguística da Guiné-Bissau, país marcado por conflitos históricos, regionais, culturais, econômicos e sociais, partimos da hipótese de que as referidas línguas estão passando por um processo de estigmatização por parte dos falantes mais jovens.

Para nossa análise, realizamos uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva, com revisão bibliográfica de estudos conduzidos por autores que contribuíram para as discussões a respeito da temática em questão. Nossos resultados apontaram que a maioria dos entrevistados nutre um sentimento conflituoso para com sua língua: gostam dela e a utilizam

para se comunicarem com pessoas próximas e parentes; no entanto, quando falada em lugares públicos, pode causar desconforto e constrangimento, conforme experiências vividas por alguns dos nossos informantes.

Assim, as línguas Pepel e Felupe assumiram um território sagrado na mente dos jovens guineenses entrevistados, pois resguardam a identidade privada de seus falantes. O grupo que participou deste trabalho gostaria de transformá-las em patrimônio nacional e ter a chance de ver seus descendentes se expressarem por meio delas.

REFERÊNCIAS

BACILA, Carlos Roberto. **Criminologia e Estigmas**: um estudo sobre os preconceitos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Reflexão acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/qfzDkyppVRGDMQWCGm6K9SQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BÂ, Hampâté. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, J. **História geral da África, I**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 168-212.

BOTELHO, Inês Marques. **Modos de vida e a socialização das crianças em África**: O estudo de caso duma aldeia Felupe da Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agrários Tropicais) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/19483/1/DEFINITIVA.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. **Leitura e alfabetização**: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CÁ, Imelson; RUBIO, Florêncio. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em guiné-bissau. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 58.1, p. 389-421, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.

COUTO, Hildo Honório. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. **Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, v. 10, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/66532404/Literatura_l%C3%ADngua_e_cultura_na_Guin%C3%A9_Bissau. Acesso em: 19 jun. 2025.

CARVALHO, Gislene Lima. **Expressões idiomáticas em dicionários escolares de língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2016. Disponível em: https://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/TESE_GISLENE-LIMA-CARVALHO.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

CABRAL, Amílcar. Alocução aos microfones da emissora A voz da. **Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares**, jul. 1966.

COELHO, Lidiane Pereira; MESQUITA, Diana Pereira de. Língua, cultura e identidade: Conceitos intrínsecos e interdependentes. **Entre Letras**, Araguaína, v. 4, n. 1, p. 24-34, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/975/516>. Acesso em: 19 jun. 2025.

EMBALO, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. **Revista Papia**, [s. l.], v. 18, p. 101-107, 2008. Disponível em: <https://1library.org/document/qoroo5mq-crioulo-guine-bissau-lingua-nacional-factor-identidade-nacional.html> Acesso em: 19 jun. 2025.

FAFINA, Danilo Mussa. **Língua portuguesa: Guiné-Bissau e Brasil um caso de variação linguística**. 2015. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/ARTIGO%20DE%20DANILDO%20II%20CIDS.pdf>. Acesso em: 19 ju. 2025.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. **Estigma: cultura e atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigmas: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deterioradas**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GARRAFAO, Yolanda Victor Monteiro. **Ontem menina hoje mulher: o casamento tradicional k'mari na vida das mulheres da etnia papel da Guiné-Bissau**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320617343_. Acesso em: 19 jun. 2025.

KIESLING, Scott F. Constructing identity. In: CHAMBERS, Jack K.; SCHILLING, Natalie (ed.). **The handbook of language variation and change**. 2. ed. Malden: Wiley-Blackwell, 2013. p. 448-467.

LAKOFF, Geroge. **Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MELO, Zélia Maria. Os estigmas: a deterioração da identidade social. **Revista Symposium**, Rio de Janeiro, ano 4, n. esp., p. 18-22, 2000. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2457/2457.PDF>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MENDES, Francisco Livonildo. **Modelo político unificador**. Lisboa: Chiado, 2015.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência da Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: Etnicidade como problema na construção duma identidade nacional.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/36d6f338-1daa-4cf8-9e98-97c08960ed89/content>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PINTO, Paula. **Tradição e Modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23213/2/tese%20paulapinto000093779.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

RUBIO, Cássio Florêncio. Multilinguismo nos Palop: perfil sociolinguístico e avaliação linguística em Guiné-Bissau. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 40, p. 34-47, jan./jul. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65528/1/2021_art_cfrubio.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 55-77, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/39717/20424>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SILVA, Hélien Cristina; AGUILERA, Vanderci de Andrade. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 703-723, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/kymhBpzQ37Pn6JWZJqZbJFz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Toponímia Kalunga: aspectos da inter-relação língua, povo e território. **Via Litterae: Revista de Linguística e Teoria Literária**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 61-75, 2015. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/4463/3004>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SIQUEIRA, Ranyella de; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 91-113, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/e35a284c-c6c6-430a-9783-9f8cc7d191ef>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SICÓ, Martinho Manuel. **Crenças de jovens guineenses sobre línguas étnicas.** Projeto de Pesquisa (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Lusó-brasileira, Acarape, 2021. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2789/1/MARTINHO%20MANUEL%20SIC%C3%93_13092021.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.